

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.508 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2002

Projetos que combatem o crime são enviados ao exame da Câmara

O Plenário do Senado aprovou duas propostas da Comissão Mista de Segurança Pública. A primeira aumenta a punição para crimes contra a administração: quem lesar os cofres públicos terá de ressarcir os recursos desviados para poder solicitar a progressão da pena de regime fechado para semi-aberto, por exemplo. A segunda obriga as operadoras de telefonia celular a cadastrar os usuários da modalidade pré-paga. Esses projetos seguem para análise dos deputados.

PÁGINA 3



José Cruz

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram diversas matérias na reunião de quarta-feira

Restrição a pesquisa eleitoral passa na CCJ

Proposta que proíbe a divulgação de pesquisa eleitoral entre as 24 horas anteriores à eleição e seu encerramento foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Acolhido em caráter terminativo, o projeto de Lúcio Alcântara seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para que seja examinado pelo Plenário.

PÁGINA 4

Depósitos judiciais podem pagar precatórios de natureza alimentar

PÁGINA 5

Proposta estende salário-educação ao ensino infantil

Recursos recolhidos por empresas para o salário-educação poderão ser estendidos ao ensino infantil, conforme proposta de emenda à Constituição aprovada pela CCJ. Relator da proposta, Osmar Dias observou que a rede pública não consegue atender toda a demanda pela educação infantil – apenas 60% das crianças de quatro a sete anos freqüentam a pré-escola.

PÁGINA 6

Senado realiza hoje duas sessões

Objetivo é acelerar exame da proposta de emenda constitucional que prorroga cobrança da CPME. Taxa de iluminação pública nos municípios também está na pauta



Heloísa Helena: agricultores levam reivindicação ao ministro Pedro Parente

Heloísa cobra tratamento igual para agricultores

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) informou na quarta-feira que parlamentares e produtores rurais alagoanos solicitarão ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, durante audiência marcada para a próxima semana, que o saldo devedor dos agricultores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste seja repactuado dentro das mesmas condições fixadas pelo governo federal para as dívidas dos agricultores do Sul e Sudeste.

A senadora lembrou que os produtores das regiões mais ricas já foram beneficiados com o refinanciamento de suas dívidas. Ela quer estender as condições aos empréstimos feitos com recursos dos fundos constitucionais e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O objetivo, disse ela, é corrigir as distorções do saldo devedor dos agricultores das três regiões mais pobres do Brasil.

Heloísa Helena também relatou que, na última segunda-feira, micro, pequenos, médios e grandes produtores promoveram manifestação na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe solicitando que o governo adote as providências que serão encaminhadas ao ministro Pedro Parente.

O Plenário do Senado terá hoje duas sessões deliberativas. Na primeira, às 9 horas, transcorre a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga até 31 de dezembro de 2004 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com parecer favorável do senador Bernardo

Cabral (PFL-AM).

Ainda na parte da manhã, o Senado realizará sessão deliberativa extraordinária para discutir novamente a PEC que prorroga a permissão de cobrança da CPMF. O objetivo é acelerar o exame da proposta, atendendo assim à reivindicação do Executivo, que quer evitar a suspensão da cobrança e a consequen-

te perda de arrecadação.

Também serão discutidas, em primeiro turno, a PEC que autoriza cobrança de contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios, bem como a PEC estabelecendo limites de despesas com o Poder Legislativo municipal, ambas com parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA).

Antonio Carlos quer investigar privatização

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) disse que cabe ao Senado trabalhar na apuração das suspeitas que pairam sobre o processo de privatização de empresas estatais. Ele se referiu às denúncias de que o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira teria pedido R\$ 15 milhões ao empresário Benjamin Steinbruch para que intermediasse a formação de consórcio para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

— As privatizações não movimentaram um montante excepcional de recursos e não fizeram

mudar de mãos parte considerável do patrimônio da União? Claro! É um caso grave e que exige explicações.

Antonio Carlos Júnior lembrou que, em 8 de maio passado, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que fossem convidados a prestar esclarecimentos sobre o assunto o minis-



Para Antonio Carlos Júnior, caso é grave e exige explicações

tro da Educação, Paulo Renato, o ex-ministro das Comunicações Luís Carlos Mendonça de Barros, além de Steinbruch e Ricardo Sérgio.

Segundo o senador, depois disso tem ocorrido uma série de manobras que parecem querer adiar as explicações de Ricardo Sérgio sobre acusações e suspeitas veiculadas pela imprensa.

Osmar: cartel sufoca produtores de carne

O senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou as multinacionais compradoras de carne suína no Brasil, que estariam adotando práticas lesivas aos produtores nacionais e forçando a queda vertiginosa dos preços do produto, que chegam a R\$ 0,87 por quilo.

— Por esse preço não se compra nem um mero copo de água no país — lamentou.



Osmar: leite aumenta 1.500% entre a fazenda e o supermercado

Ele pediu ao governo completa investigação sobre os cartéis formados pelas multinacionais, que compram leite e carne de pequenos animais no país. Osmar Dias afirmou que, por meio de métodos condenáveis, as multinacionais estão sufocando os pequenos produtores e obrigando-os a deixarem suas granjas.

Somente os pequenos produto-

res de leite, carne de frango e de porco, no Paraná, são responsáveis pelo emprego de 3 milhões de pessoas, disse o senador.

Para Osmar Dias, o aumento do desemprego na Grande São Paulo e o inchaço das periferias dos grandes centros têm, no êxodo rural, uma de suas grandes causas.

— É impossível se aceitar que o leite *in natura* sofra aumento de 1.500% entre a porta da fazenda e o supermercado, onde o consumidor o adquire. Esse desequilíbrio se deve à ação predadora das multinacionais do produto, que precisa ser investigada e punida.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02, altera os artigos 100 e 156 da Constituição federal e o artigo 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/02 (tramitando em conjunto com a PEC nº 6/02), acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios) e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal).

Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02 (CPMF).

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/02; e segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01

Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: dedicada a homenagear os 60 anos de criação do CVRD. Pauta: votação nominal das PECs nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição federal (organização e funcionamento dos partidos políticos); e nº 19/02, acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02 (CPMF); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/02; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01; entre outros.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/02; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, dos PLSs nºs 71 e 72, de 2002, alteram dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); entre outros.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e

Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Crime contra os cofres públicos deve ter pena maior

Conforme projeto da Comissão Mista de Segurança aprovado quarta-feira pelo Plenário, quem lesar o patrimônio público terá de ressarcir os recursos desviados para obter a progressão penal de regime fechado para semi-aberto

Os senadores aprovaram quarta-feira, em segundo turno, projeto de lei da Comissão Mista de Segurança Pública que aumenta a punição para crimes contra a administração pública. De acordo com a proposta, que altera o Código Penal, quem lesar os cofres públicos terá de ressarcir os recursos desviados para poder solicitar a progressão da pena de regime fechado para semi-aberto, por exemplo. O projeto será agora analisado pela Câmara dos Deputados.

As penas para os condenados por crimes de corrupção passiva e ativa também serão aumentadas, conforme a proposta. Atualmente, a punição é de um a dois anos

de cadeia, e o projeto estabelece que a pena pode variar de dois a 12 anos de prisão.

Outros quatro projetos da Comissão de Segurança tiveram quarta-feira o primeiro dia de discussão em primeiro turno e, caso não haja emendas, estarão prontos para votação na terça-feira.

Uma das propostas redefine os crimes contra a pessoa, patrimônio e costumes. E aumenta de seis para oito anos de cadeia a pena mínima no caso de homicídios simples, mantendo a punição máxima em 20 anos de prisão. Pela proposta, o homicídio qualificado passa a incluir os crimes praticados por estrangeiros em situação irregular no país; contra mi-

litar, policial, agente penitenciário, membro do Ministério Público e juiz; e contra menor de 18, maior de 60 anos ou portador de deficiência física ou mental.

PROVAS

Também está pronto para votação em primeiro turno o projeto que altera os dispositivos do Código de Processo Penal sobre provas processuais, permitindo que o juiz leve em consideração no processo elementos colhidos na fase do inquérito policial. A matéria também permite que provas obtidas por meios ilícitos, consideradas imprescindíveis para comprovação de crime, sejam aceitas. O texto prevê mais garantias às vítimas e às testemunhas.



Comissão Mista de Segurança Pública elaborou vários projetos de combate à criminalidade, que estão agora sendo examinados pelo Plenário

Os senadores também realizaram o primeiro dia de discussão do projeto que inclui entre as penas alternativas a frequência a cursos escolares e profissionalizantes ou a atividades de reinser-

ção social, além da proposta que estabelece novas regras para repressão e punição do crime de lavagem de dinheiro obtido na prática de atividades ilícitas, como tráfico de drogas e órgãos.

Cadastro de celular pré-pago pode ser obrigatório

O Plenário do Senado aprovou quarta-feira, em segundo turno, projeto de lei da Comissão Mista de Segurança Pública que obriga as operadoras de telefonia celular a cadastrar os usuários da modalidade pré-paga. O objetivo é impedir a utilização de celulares por criminosos, especialmente seqüestradores e traficantes de drogas. O projeto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Conforme o projeto, o cadastro deve conter nome, endereço e documento de identidade do usuário, será atualizado permanentemente. Se a empresa de telefonia se recusar a fornecer as informações à polícia ou ao Ministério Público, estará sujeita a multa de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil por infração e até mesmo à rescis-

são do contrato de concessão.

O usuário fica obrigado a comunicar à empresa o roubo de seu aparelho e quando o transferir para outra pessoa. Caso não comunique, será multado em R\$ 50. Os recursos arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

TRÁFICO

O projeto de lei da Comissão de Segurança Pública que define novas regras para repressão ao tráfico de drogas, bem como para prevenção e tratamento dos dependentes químicos, também foi aprovado em primeiro turno. De acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional, a matéria volta à pauta para votação em segundo turno transcorridas duas sessões ordinárias.

O tratamento a dependentes de drogas é uma das principais mudanças da proposta apresentada pela comissão, que foi presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Em vez de ser levado à prisão, a pessoa que comprar, guardar ou transportar drogas para consumo próprio será submetida, segundo o projeto, a medidas educativas, como a prestação de serviços à comunidade, e a tratamento compulsório, além de ser obrigada a comparecer a palestras sobre as consequências do consumo de drogas.

Pela proposta, quem financia o tráfico terá pena de oito a 20 anos, mais multa. Os condenados por crimes relacionados a drogas também só poderão pedir liberdade condicional depois de cumprirem

dois terços da pena. Os reincidentes não terão esse direito. O projeto também define e atualiza outros crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes, estabelecendo novas penas.

COLIGAÇÕES

Os senadores decidiram adiar a votação, em segundo turno, da PEC que acaba com a verticalização das coligações eleitorais, garantindo a autonomia dos partidos políticos ao desvincular as associações entre partidos nos planos nacional, estadual ou municipal.

Caso a proposta seja aprovada também pela Câmara, não será aplicada a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga a repetição nos estados dos acordos feitos em nível federal.

Senado enviará congratulações a Xanana Gusmão

Os senadores aprovaram requerimentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, Artur da Távola (PSDB-RJ), líder do governo, e Geraldo Cândido (PT-RJ) para que o Senado envie votos de congratulações a Xanana Gusmão pela sua vitória nas eleições presidenciais do Timor Leste.

— Essa eleição abre caminho para o Timor Leste se tornar o mais novo país do mundo. Xanana liderou por vários anos renhida luta pela independência, contra os indonésios, e ficou detido durante sete anos. É muito importante o apoio do Brasil para esse novo país de língua portuguesa que nasce sob a égide da democracia — conforme o requerimento assinado por Suplicy e Távola.

Para Geraldo Cândido, o Timor Leste merece o voto de congratulação de todos os povos pela busca da autodeterminação e pelo fato de, pelas dificuldades enfrentadas pelo país, o seu processo eleitoral ter sido exemplar aos países que optam pelo caminho democrático.

Relator dos requerimentos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que “a vitória de Xanana Gusmão nas eleições do Timor Leste atesta que o povo timorense alcançou, finalmente, as liberdades democráticas, a autonomia e o comando de seu próprio destino”.

Iris recomenda pressa na aprovação das propostas

Ao afirmar, durante discurso em Plenário, que o Brasil é hoje o segundo maior mercado de cocaína das Américas, o senador Iris Rezende conclamou o governo a apressar a busca de soluções práticas para combater esse tipo de crime e recomendou ao Senado que acelere a votação dos projetos apresentados pela Comissão Mista de Segurança.

Na avaliação de Iris Rezende, a lentidão burocrática pode estar bloqueando o andamento de providências inadiáveis para a população brasileira. O senador parabenizou a autora de *O Clone*, Glória Perez, e a Rede Globo pela abordagem do problema das drogas na

novela.

— *O Clone* está contribuindo para levar um alerta aos jovens, mostrando-lhes os terríveis e dolorosos caminhos trilhados pelos usuários de drogas.

O senador afirmou que o tráfico da cocaína oriunda da Colômbia, Peru e Bolívia, com vistas aos mercados americano e europeu, passa pelo Brasil e África do Sul, que se transformam em regiões emergentes na disseminação desses produtos ilícitos e prejudiciais à sociedade.

Iris Rezende disse que o Brasil não conta com dados concretos sobre fabrico, distribuição e consumo de drogas, devido ao cará-

ter subterrâneo, ilegal e ilícito da prática. E, apesar de todos os esforços para combater esse crime, observou, o tráfico resiste e ressurge a cada operação.

De acordo com Iris Rezende, o tráfico de cocaína, nos últimos anos, se intensificou no Brasil, não só pelo aumento do consumo interno, mas também devido à melhoria da infra-estrutura de transporte. Ele também observou que a vasta extensão do país e a deficiência do policiamento dificultam o controle efetivo do tráfico.

Tendo presidido a Comissão Especial Mista de Segurança Pública, o senador enfatizou a pre-



Iris Rezende: governo deve buscar soluções práticas para combater o tráfico de drogas

ocupação dos seus integrantes em incluir, nas 23 proposições aprovadas, o combate às drogas. Ele lembrou que uma delas tipifica o crime organizado, como é o caso em que três ou mais pessoas se associam para cometer infrações penais, a exemplo do tráfico ilícito de entorpecentes.

Divulgação de pesquisa eleitoral pode ter limite

Comissão de Justiça aprova, em caráter terminativo, projeto de Lúcio Alcântara que proíbe publicação entre 24 horas anteriores ao início da votação e seu encerramento. Senador diz que em outros países o prazo é ainda maior

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou quarta-feira, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que proíbe a divulgação de qualquer pesquisa eleitoral entre as 24 horas anteriores ao início da votação e seu encerramento. O texto estabelece ainda que o anúncio de uma pesquisa eleitoral deve ser acompanhado de informações sobre a empresa responsável, o período de realização, a margem de erro, os locais onde foi aplicada e a distribuição dos entrevistados por idade e sexo.

O projeto – que seguirá diretamente para a Câmara se não houver recurso para sua votação em Plenário – modifica também o prazo para registro das informações sobre a pesquisa na Justiça Eleitoral. Atualmente, o prazo é de cinco



Segundo Alcântara, existem “fraudes grosseiras” em algumas pesquisas

dias antes da divulgação. Pela proposta, passa a até 24 horas após a divulgação.

A proposta prevê ainda a constituição, pelos partidos e outras entidades da sociedade civil, de comitês encarregados de examinar as pesquisas.

Em defesa do projeto, Alcântara

afirmou que, em algumas pesquisas eleitorais, existem “fraudes grosseiras que são acionadas como peça de propaganda”. E recordou que, em Portugal, as 24 horas antes de cada pleito são consideradas como o dia de reflexão do eleitor. No Canadá, a divulgação de pesquisas é proibida 72 horas antes da data do pleito. Na Suíça, Espanha e França, o prazo é ainda maior: sete dias antes é proibida a divulgação pelos meios de comunicação.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) manifestou opinião favorável ao projeto e disse esperar que seja convertido rapidamente em lei. O senador José Fogaça (PPS-RS) classificou como maior inovação da proposta a possibilidade de criação de comitês de acompanhamento das pesquisas. Ele afirmou ainda que tinha restrições apenas à proibição de divulgação de pesquisas na véspera da eleição.



Nelson Jobim entregou a Ramez Tebet relatório da Unicamp sobre o sistema eletrônico de votação utilizado no Brasil

Estudo da Unicamp conclui que urna eletrônica é segura

A urna eletrônica que será usada nas eleições de outubro é confiável, de acordo com laudo da Unicamp realizado a pedido do Congresso Nacional e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu o relatório da Unicamp das mãos do presidente do TSE, ministro Nelson Jobim, quarta-feira. “O sistema eletrônico implantado no país desde 1996 é robusto, seguro e confiável, atendendo a todos os requisitos do sistema eleitoral brasileiro. Conclui-se que o sistema analisado atende às exigências fundamentais: respeito à expressão do voto do cidadão e garantia do sigilo”, diz o relatório.

– As conclusões são plenamente satisfatórias, o relatório diz que o sistema brasileiro é altamente confiável. Isso demonstra que estamos zelando pela transparência,

pelo respeito à vontade do eleitor. O laudo é conclusivo – disse.

Tebet destacou que o Brasil é um dos países mais adiantados do mundo na área de votação eletrônica. Para ele, a última eleição presidencial nos Estados Unidos – na qual houve vários problemas de atraso nas apurações e suspeitas de fraude – demonstrou que o Brasil tem sido exemplo nessa matéria.

– Vamos procurar aperfeiçoar o sistema cada vez mais. A democracia depende de a vontade do eleitor ser respeitada de maneira límpida e cristalina – afirmou Tebet.

O Brasil tem 406 mil urnas – 51 mil delas imprimirão os votos, de acordo com lei aprovada recentemente. Terão votos impressos o Distrito Federal e Sergipe, as cidades de Maceió, Palmas e Cuiabá, além de três cidades em cada estado.

Instrução do TSE determina registro prévio

No final do ano passado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixou a Instrução nº 54, que define as normas para pesquisa eleitoral nas eleições deste ano. De acordo com o texto, os institutos são obrigados a registrar as pesquisas, cinco dias antes da divulgação, no TSE e nos tribunais regionais eleitorais, informando o nome de quem

contratou o trabalho, o valor e a origem dos recursos despendidos, a metodologia empregada, a amostragem seguida e o questionário aplicado.

Além disso, na divulgação do resultado das pesquisas, os institutos devem informar o período de realização da coleta dos dados, as margens de erro e o nome do contratante. A divulgação sem o

registro prévio nos tribunais acarreta multa que varia entre R\$ 53.205 e R\$ 106.410.

No Brasil, onde o levantamento sobre intenções de voto é feito desde 1945, é permitida a divulgação, nos meios de comunicação, de pesquisas encomendadas por partidos políticos. Em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, tal prática é proibida.

Tramitação de PECs será mantida só na CCJ

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram quarta-feira parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) favorável à decisão da Presidência do Senado que mantém a tramitação das propostas de emenda à Constituição (PECs) somente na CCJ. A presidência havia rejeitado recurso da senadora Marina Silva (PT-AC), apresentado em Plenário, no qual solicitava esclarecimento ao presidente do Senado sobre a tramitação de matérias relacionadas com demarcação de terras indígenas, pedindo que, além da CCJ, também a Comissão de Assuntos Sociais pudesse manifestar-se sobre as PECs ligadas a essa questão.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, rejeitou o pedido da sena-



Para Amir Lando, decisão da Presidência do Senado está amparada pelo Regimento Interno

dora, mas decidiu encaminhar a decisão para análise da CCJ. O relator do recurso, senador Amir Lando, considerou que a decisão da presidência está amparada pelo Regimento Interno do Senado, que estabelece ser da CCJ a competência privativa de exame das PECs.

Outro requerimento apresentado à CCJ, do senador Moreira Mendes (PFL-RO), questionou o processo de tramitação de projetos de decreto legislativo de outorga para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Moreira Mendes indagou sobre a possibilidade legal de a Comissão de Educação (CE) apreciar em caráter terminativo os atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons. O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou em seu parecer, acolhido pela CCJ, que o Regimento Interno não proíbe que a CE decida terminativamente sobre aqueles atos, desde que isso seja definido pelo presidente do Senado, ouvidas as lideranças.

Aprovado prazo para Ministério Público prestar informações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece prazo de dez dias para que o Ministério Público responda aos pedidos de informação formulados por qualquer uma das Casas legislativas do Congresso Nacional, sobre o andamento de providências sugeridas pelas comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Ao apresentar o substitutivo, como relator da matéria, Cabral disse que a intenção é levar o Ministério

Público a responder, no prazo de dez dias, ao pedido de informação que lhe fizer o Legislativo sobre o andamento de procedimento relativo à apuração da responsabilidade civil ou criminal de infratores apontados nas conclusões de CPI. A falta de atendimento do pedido de informação ou o envio de informações falsas constituirá crime de responsabilidade e prevaricação.

– Nós estaremos impedindo que a pizza seja feita no Ministério Público – comentou o senador Roberto Freire (PPS-PE), referindo-se à eventual falta de resultados concretos a partir das conclusões das CPIs.

Precatório alimentar terá nova fonte de recursos

Bancos serão obrigados a destinar à quitação desses débitos governamentais metade dos depósitos judiciais e extrajudiciais, conforme projeto de lei aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na quarta-feira, substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei da Câmara que obriga as instituições financeiras a depositarem, nas contas únicas dos governos estaduais e do Distrito Federal, metade dos recursos arrecadados a título de depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos cujos pagamentos estejam em contestação na Justiça, efetuados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2001 e a véspera da publicação da lei. Os recursos serão utilizados para quitar débitos com os precatórios de natureza alimentar.

A proposta — que será ainda submetida ao Plenário — prevê também a criação de um fundo especial, formado por 20% do valor dos depósitos, a fim de garantir o pronto ressarcimento, em 24 horas, aos contribuintes que eventualmente tenham decisão judicial favorável ao seu pleito. Nesses casos, os valores serão devolvidos com correção monetária feita pela taxa de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) — atualmente, de 18,5% ao ano.

O senador Lúcio Alcântara



Romeu Tuma é autor do substitutivo que permitirá a quitação dos débitos

(PSDB-CE) lembrou, durante a discussão do projeto, as advertências feitas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, de que colocará em pauta naquela corte, a partir de junho próximo, as matérias que pedem intervenção federal nos estados e no DF pelo não pagamento dos precatórios de natureza alimentar.

Ao comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o assunto com os senadores, contudo, o presidente do STF assumiu posição contrária ao substitutivo do senador Tuma e favorável aos termos do projeto original, do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Segundo Marco Aurélio, o substitutivo, ao contrário do projeto

original, não vai resolver a questão da falta de recursos para o pagamento dos precatórios, por ter se preocupado excessivamente com as instituições financeiras, limitando o número de depósitos a serem repassados para as contas estaduais e o seu valor em 50% do montante depositado. Prevê ainda o substitutivo que, no caso de ocorrer déficit no fundo especial destinado ao ressarcimento dos contribuintes depositantes, os estados terão de prover a suplementação de recursos. Marco Aurélio diz que os estados não têm de onde tirar esse dinheiro caso venham a ocorrer tais déficits.

Lúcio Alcântara disse ainda que o projeto original seria inviável, por trazer uma ameaça ao funcionamento das instituições financeiras. Ele e Tuma concordam que a proposta aprovada pode não resolver o problema, “mas o atenuará bastante”, como observou Alcântara. Ele lembrou que só o estado de São Paulo tem atualmente um passivo de R\$ 3 bilhões em precatórios não pagos.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu o estabelecimento da taxa Selic na atualização dos depósitos judiciais e extrajudiciais de modo a não deixá-la a critério dos bancos ou dos juízes. A proposta, contudo, não foi alterada.



Projeto de Valadares terá votação em turno suplementar

zação, o juiz levará em conta, ainda, a situação social, política e econômica das pessoas envolvidas, as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral, a intensidade do sofrimento ou humilhação, o grau de dolo ou culpa, a existência de retratação espontânea, o esforço efetivo para minimizar a ofensa ou lesão e o perdão, tácito ou expresso. Na reincidência ou diante da indiferença do ofensor, o juiz poderá elevar ao triplo o valor da indenização.

O prazo para ajuizamento de ação indenizatória por danos morais — prevê a proposta — prescreve em seis meses, a contar da data do conhecimento do ato ou omissão lesivos ao patrimônio moral.

Normas mais claras para reparação por danos morais

O substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que estabelece maior rigor no reparo a danos morais sofridos por pessoas físicas ou jurídicas e entes políticos, foi acolhido, quarta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Embora tendo votação nominal em caráter terminativo, a matéria será novamente votada na CCJ, em turno suplementar, por ter sido aprovado o substitutivo.

Antes de apresentar seu parecer, Pedro Simon disse haver submetido o tema a juristas, que apresentaram sugestões, por ele acolhidas. O texto define dano moral como “a ação ou omissão que ofenda o patrimônio moral da pessoa física ou jurídica, e dos entes políticos, ainda que não atin-

ja o seu conceito na coletividade”. Entre os bens tutelados pela proposta destacam-se o nome, a honra, a fama, a imagem, a intimidade, a credibilidade, a respeitabilidade, a liberdade de ação, a autoestima e o respeito próprio.

Conforme a proposta, se julgar procedente o pedido de reparação, o juiz fixará a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos, em valores que podem chegar a R\$ 180 mil, se for ofensa grave.

No que se refere às pessoas jurídicas, o projeto procura tutelar-lhes a imagem, a marca, o símbolo, o prestígio, o nome e o sigilo da correspondência. Simon ressalta, ainda, que a indenização por danos morais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.

Na fixação do valor da inden-

Projeto veta penhora de bem familiar em contrato de locação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que prevê impenhorabilidade do bem de família, por obrigação decorrente de fiança em contrato de locação. A proposta seguirá para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

Na justificativa da proposta, que recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Freire (PPS-PE), Patrocínio observa que as imobiliárias exigem de fiadores a prova de propriedade de imóvel. Na falta de pagamento por parte do locatário, afirma o sena-



Patrocínio: proposta evita “desastre econômico” para fiador

dor, os fiadores que não dispuserem dos meios para pagar os aluguéis enfrentarão o risco de ter seu imóvel residencial penhorado.

— Um gesto de solidariedade em favor de pessoa de nossas relações pode se converter em um desastre econômico para a família — adverte Patrocínio.

CUSTAS

A comissão aprovou também parecer favorável a projeto de lei que atualiza os valores para o pagamento de custas e emolumentos da Justiça do Trabalho. Os valores previstos na proposta, segundo o relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), estão “dentro de padrões econômicos razoáveis”.

CCJ proíbe bebida alcoólica na cabine de passageiros

Poderá tornar-se lei a proibição do transporte de bebidas alcoólicas na cabine de passageiros dos veículos. Isso porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na reunião de quarta-feira projeto do senador Edison Lobão

(PFL-MA) que altera o Código de Trânsito Brasileiro para considerar o ato infração gravíssima, sob pena de multa e retenção do veículo.

Relatada favoravelmente pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a matéria foi aprovada em caráter terminativo na CCJ, podendo seguir direto para apreciação pela Câmara caso não receba recurso para exame pelo Plenário do Senado. O relator observou, em seu parecer, que a medida vai dificultar a obtenção e o uso de bebidas alcoólicas pelos motoristas.

O autor apontou os “indiscutíveis efeitos perniciosos do alcoolismo sobre os acidentes de trânsito” e lembrou que a legislação atual considera infração apenas



Proposto por Lobão, projeto altera Código de Trânsito Brasileiro

o fato de o motorista dirigir sob o efeito do álcool, não impedindo que o condutor consuma a bebida após passar pelos postos de fiscalização. Para Roberto Freire (PPS-PE), a iniciativa não vai impedir o cidadão de parar o carro, pegar

no bagageiro, e ingerir a bebida alcoólica, se assim desejar.

Outra decisão tomada pela CCJ também deve modificar o Código de Trânsito Brasileiro para eliminar a incidência de fator multiplicador sobre o valor das multas estabelecidas. O projeto é do senador Edison Lobão e recebeu parecer favorável do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

De acordo com o autor, a intenção é impedir a cobrança de “um valor excessivo” de algumas multas, o que, além de provocar a inadimplência, tem causado, em alguns casos, até a perda do veículo como decorrência da impossibilidade de pagamento do infrator.

Ensino infantil pode ser beneficiado com recursos do salário-educação

PEC acolhida quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça garante fonte adicional de financiamento para a escola fundamental. Proposta será ainda analisada pelo Plenário

Os recursos recolhidos por empresas a título de salário-educação poderão ser estendidos também para o ensino infantil, segundo prevê proposta de emenda à Constituição aprovada quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), a proposta obteve parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), que a relatou.

Osmar Dias disse que o salário-educação, conforme norma constitucional, é fonte adicional de financiamento do ensino fundamental. O objetivo da proposta, explicou, é ampliar o benefício também para a educação infantil, uma vez que a rede pública não consegue atender a toda a de-

manda existente no país.

Apenas 60% das crianças de quatro a seis anos no Brasil freqüentam a pré-escola, informou Osmar Dias. Ele assinalou ainda que as creches acolhem menos de 10% das crianças de zero a três anos de idade.

— Além do reduzir o número de vagas, a qualidade dos serviços oferecidos é preocupante, em vista das instalações precárias e do material pedagógico inadequado. Cerca de 16% das crianças que recebem educação infantil são aten-



Ricardo Santos, autor da proposta: objetivo é melhorar o ensino infantil

didadas em instalações adaptadas e apenas 24% das creches têm fraldários — frisou o relator.

A aplicação dos recursos do salário-educação na educação infantil contribuirá, avalia Osmar Dias, para ampliar a oferta de vagas e reduzir as defi-

ciências na qualidade da educação a que têm direito as crianças de zero a seis anos de idade.

ALÍQUOTA

O cálculo da contribuição é feito com base na alíquota de 2,5%

Comissão aprova vantagem a estado que tenha superávit

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concedeu quarta-feira parecer favorável à proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA), que garante aos estados brasileiros que tenham superávit na balança comercial o recebimento de uma parcela da arrecadação do imposto cobrado sobre a importação de produtos estrangeiros. A proposta será agora submetida a dois turnos de votação em Plenário.

De acordo com a proposta, 20% da arrecadação do Imposto de Importação, que em 2001 foi de R\$ 20,4 bilhões, será entregue pela União aos estados e Distrito Federal, proporcionalmente ao saldo positivo anual de sua balança comercial, limitada a participação de cada unidade federada a 10% do saldo que produzir. Os recursos serão aplicados em obras de infra-estrutura econômica destinadas ao fomento das exportações.

Ribeiro sustenta que a atual legislação é incoerente com a ênfa-



Fernando Ribeiro considera que legislação atual premia estados deficitários

se anunciada pelo governo às exportações, uma vez que “premia generosamente os estados que apresentam déficit nas balanças comerciais e penaliza duramente os que contribuem com saldos positivos de divisas para o orçamento cambial da nação”.

Em seu parecer, o relator da matéria, senador Antonio Carlos Junior (PFL-BA), afirma que o Imposto de Importação ganhará nova dimensão com a aprovação da proposta, ao apoiar o incremento das exportações e a redução da dependência externa do país.

PRESIDIÁRIO

Outra proposta de emenda à Constituição que recebeu parecer favorável da CCJ modifica as regras relativas ao voto de presidiários. Apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), ela revoga o inciso que prevê a suspensão de direitos políticos nos casos de condenação criminal transitada em julgado e inclui os condenados criminalmente entre os inelegíveis — ao lado dos inalistáveis e analfabetos.

Prisioneiro deve ser ouvido se progressão penal for revogada

Na reunião de quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que modifica a Lei de Execução Penal, obrigando que o prisioneiro seja ouvido e assistido por seu advogado quando for proposta a revoga-

ção do benefício da progressão de regime penal. Atualmente, o condenado que comete novo crime, no gozo de prisão semi-aberta, por exemplo, retorna ao regime fechado sem que seja antes ouvido.

A intenção, destacou o relator da matéria, senador José Fogaça (PPS-RS), é impedir que haja violação dos direitos básicos de defesa do cidadão. O projeto, ressalta, estabelece a obrigatoriedade de as autoridades judiciais ouvirem o condenado quando se aventar a possibilidade de modificação em seu regime prisional. Tal situação ocorre quando o condenado, que já cumpriu um sexto da pena e está em regime semi-aberto, mas pratica novo crime ou é condenado por algum crime anterior e deixa de ter direito ao re-



José Fogaça: intenção é impedir violação dos direitos básicos de defesa

gime semi-aberto.

A formalização do direito de o prisioneiro ser acompanhado por advogado quando for iniciada a execução penal pode parecer óbvia, explicou Tuma, mas é uma necessidade, pois o advogado se afasta de seu cliente nessa fase.

— Muitas injustiças e violações de direito têm sido cometidas por falta dessa assistência jurídica — afirmou Tuma.

Como tramitava em caráter terminativo na CCJ, o projeto será encaminhado para apreciação da Câmara, se não for solicitado seu exame no Plenário do Senado.

CORRUPÇÃO

A CCJ também aprovou parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA) a projeto que cria novo dispositivo no Código Penal, para considerar como crime de corrupção ativa em transação comercial internacional o ato de oferecer ou dar vantagem indevida a funcionário público estrangeiro para que este pratique ações relacionadas com a transação comercial internacional.

Adiada decisão sobre concessões para taxistas

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer contrário ao projeto de lei da Câmara que disciplina a exploração e condução de veículos de aluguel. O senador considerou a proposta inconstitucional, por entender que as concessões para exploração de táxis devem ser tratadas na legislação municipal. Em razão de diversos pedidos, contudo, o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva ao projeto, que deverá ser votado na próxima reunião do colegiado.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pôs em dúvida a alegada inconstitucionalidade apontada no parecer de Osmar Dias e solicitou ainda que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examine o assunto. Se o parecer do relator for aprovado, a matéria não poderá seguir para exame na CAS.

Roberto Freire afirmou que, como usuário habitual de táxi, tem ouvido inúmeras queixas dos motoristas contra a exploração do serviço por grandes empresas que se apropriam das licenças de concessão. Esses profissionais querem que as licenças sejam dadas de forma individual para uso do próprio motorista, com limite para empresas.

Segundo Osmar Dias, o limite já existe na lei atual, ao determinar que as empresas não podem ter mais de 5% das concessões de um município. O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) elogiou o parecer de Osmar Dias, ressaltando tratar-se “realmente de um assunto para ser resolvido na esfera municipal”.

INADEQUADO

Essa opinião é também partilhada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), que achou o projeto “completamente inadequado às condições do país”.

Requião considera que ninguém pode dirigir durante 24 horas, e seria absurdo proibir que um motorista que tenha licença para exploração do táxi dirija o veículo por seis horas e coloque outros motoristas a trabalhar nas horas restantes do dia.



Osmar Dias: parecer contrário ao projeto

Ademir quer transparência na distribuição de recursos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu mais transparência e publicidade do governo federal na distribuição de recursos para estados e municípios. Ele anunciou que está apresentando projeto de lei com esse objetivo. A proposta de Ademir obriga órgãos transferidores de recursos da União a publicarem, até 15 dias após a sanção da lei orçamentária de cada ano, orientações específicas contendo, em detalhes, os procedimentos necessários para a distribuição de verbas a estados e municípios. Após a publicação de tais orienta-



Ademir propõe divulgação sobre fluxo de recursos

ções, o programa oficial *A Voz do Brasil* divulgaria este fato por cinco dias úteis.

— É de conhecimento público a prática existente no Brasil, na qual o governo federal impõe aos demais entes da Federação uma trajetória obscura de luta pelos recursos públicos, o que atenta contra o próprio princípio federativo. Somente poucos privilegiados conhecem as exigências dos órgãos do governo para transferir recursos. Talvez apenas lobistas e políticos dos círculos do poder tenham o domínio dos meandros burocráticos da administração — afirmou.

Trabalho infantil diminui no país, constata Ornélas

No momento em que a Organização Internacional do Trabalho comemora os dez anos do seu programa de erradicação do trabalho infantil, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) levou ao Plenário algumas estatísticas a respeito desse problema no Brasil, sustentando que diminui progressivamente a quantidade de crianças que ainda trabalham.



Ornélas: projeto de combate ao trabalho escravo

Ele informou que o trabalho infantil vem se reduzindo de forma sensível no país. Como exemplo, disse que, dos 5 aos 9 anos, em 1992, trabalhavam 3,7% de crianças brasileiras. Em 1999, esse número baixou para 2,4% — uma re-

dução, portanto, de 34%. Também disse que, na faixa de 10 a 14 anos, de 1992 a 1995, caiu de 22% para 17% o número dos menores que trabalhavam.

Segundo Ornélas, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), mais o Programa Bolsa-Escola, que se expandiu a partir do ano passado com os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a situação melhorou bastante em 2002.

O senador informou que apresentará projeto de lei destinado a combater o trabalho escravo, que afeta tanto menores quanto trabalhadores em geral.

Escórcio pretende esclarecer funcionamento de radares

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) apresentou na quarta-feira requerimento para que o ministro da Justiça, Miguel Reali Júnior, e o ex-diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) Jorge Guilherme Franciscone esclare-



Escórcio garante que seu objetivo é proteger a população

çam o funcionamento dos chamados pardais — aparelhos eletrônicos que medem excesso de velocidade e possibilitam a aplicação de multas — e a destinação do dinhei-

ro arrecadado por meio desse mecanismo. O senador pediu à população que mande ao gabinete dele denúncias sobre irregularidades no sistema de vigilância eletrônica do trânsito.

— Só assim poderemos entender o que está acontecendo e proteger a população, espoliada por empresas cujos proprietários são desconhecidos mas agem com competência na arrecadação do tão suado dinheiro do povo brasileiro — afirmou.

Parlamentares enaltecem legado de João Amazonas

Presidente de honra do Partido Comunista do Brasil foi homenageado com aprovação de requerimento de profundo pesar por seu falecimento

Os senadores homenagearam quarta-feira, em Plenário, o presidente de honra do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), João Amazonas, falecido na última segunda-feira, ao aprovarem requerimento de profundo pesar pela morte do dirigente comunista. Autor do requerimento, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) traçou um histórico da vida política de Amazonas, iniciada em 1930, ao participar do movimento que levou ao poder o presidente Getúlio Vargas.

— Amazonas ingressou no Partido Comunista do Brasil em 1935 e, neste mesmo ano, ocorreu sua primeira prisão — afirmou o senador, para ressaltar o desprendimento do líder comunista, vítima também da perseguição da ditadura militar pós-1964.

Suplicy também comentou as relações entre o PT e o PCdoB, partido presidido por Amazonas desde 1962. Há um ano, João Amazonas deixou a direção executiva do partido para tornar-se presidente de honra. O senador pau-



Militante desde 1935, João Amazonas foi presidente do PCdoB por quase 40 anos

lista disse que, desde a fundação do PT, em 1980, os dois partidos sempre se coligaram nas eleições municipais, estaduais e, principalmente, nacionais.

— Em 1989, 1994, 1998 e agora em 2002, o PCdoB tem apoiado com entusiasmo a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. E João Amazonas sempre foi importante coordenador desses entendimentos — testemunhou o senador.

Falando em nome do PSB, Ademir Andrade (PA) também prestou homenagem a Amazonas.

— João Amazonas foi o grande ideólogo e formador do pensamento político do Partido Comunista do Brasil. Foi um dirigente destacado, presente em um longo período histórico, que atravessou momentos decisivos da luta socialista — acrescentou.

Já o senador Carlos Wilson (PTB-PE) disse que o falecimento de João Amazonas, “talvez o último dos revolucionários românticos”, encerra um ciclo na história do Brasil.

— Ele foi não apenas um marxista convicto, que tanto perseguiu a revolução proletária, mas um revolucionário da essência, da busca da transformação, da corrida contra o destino de toda uma nação — afirmou o parlamentar.

Carlos Wilson finalizou o pronunciamento citando declaração de João Amazonas sobre a estratégia que os partidos de oposição deveriam adotar nas próximas eleições: “Para vencer e governar, as oposições devem elaborar um programa comum, que ganhe o respaldo de ampla maioria da população e garanta um governo progressista”.

Senado lamenta falecimento de jornalista

O Plenário do Senado aprovou quarta-feira requerimento de pesar pela morte da jornalista Carmen Kozak, ocorrida na terça-feira, depois de um ataque cardíaco em Brasília. A jornalista, de 38 anos, ocupava o cargo de coordenadora de assuntos políticos da sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*. O requerimento foi apresentado por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com o apoio dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lindberg Cury (PFL-DF).

Alcântara disse que Carmen Kozak era uma profissional “responsável e muito ativa”, lembrando que ela trabalhou sempre em Brasília, em veículos como o *Jornal de Brasília*, a TV Nacional e o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Para homenageá-la, Lúcio Alcântara leu o texto publicado na coluna “Coisas da Política”, assinado pela jornalista Dora Kramer, do *Jornal do Brasil*. Nela, Dora Kramer diz: “Repórter insatisfeita com as evidências e mais preocu-



Carmen Kozak foi homenageada pelos senadores, que destacaram sua competência profissional

pada com suas causas e consequências, Carmen se foi como veio e viveu: rápida, intensa e luminosa”.

Eduardo Suplicy e Lindberg Cury também destacaram as qualidades da jornalista. Suplicy afirmou que foi entrevistado por Carmen Kozak várias vezes, ocasião em que a repórter “procedeu com a maior correção e isenção”.

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), também lamentou o falecimento da jornalista. De acordo com o sena-

dor, o presidente Fernando Henrique Cardoso também solicitou que se fizesse o registro.

Távola disse que Carmen, “possuidora de grande timidez pessoal, compensada pela sutileza no trato”, foi uma jornalista que os parlamentares aprenderam a admirar.

— Ela dava ao entrevistado uma sensação de bem-estar que o fazia falar mais do que se estivesse acuado numa entrevista agressiva — ressaltou.

PADRE

O líder também registrou a morte, aos 80 anos, do padre Henrique de Lima Vaz, professor e pensador que trouxe para a Igreja Católica a bandeira da causa social. “O padre Henrique deixou sementes que prosperaram de maneira notável.” Távola revelou que o movimento de esquerda da Igreja Católica (Ação Popular) surgiu a partir das idéias do padre e que, desse movimento, saíram parlamentares como o senador José Serra, além de Clóvis Carvalho e Sérgio Motta.

Simon quer ampliar Conselho de Comunicação

Senador concorda com os nomes escolhidos, mas afirma que, na composição atual, faltam representantes da sociedade. Segundo ele, o Congresso tem de mudar a lei, pois, como está, o órgão é corporativo e “capenga”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que o Congresso altere a lei que regulamenta o Conselho de Comunicação Social para que ele receba representantes da sociedade. Na avaliação de Simon, a composição do órgão, que será votada pelo Congresso, contempla apenas os donos de emissoras de rádio e de televisão, jornalistas e artistas.

— O Congresso tem de mudar a lei para incluir no conselho representantes daqueles que usufruem estes meios de comunicação, aqueles que pensam sobre o que é apresentado nos nossos programas de rádio e televisão. Concorro com os 13 nomes indicados para o conselho, mas faltam os representantes da sociedade — ponderou.

Simon se dispôs a apresentar pro-

jeto com essa finalidade, lembrando que a formação original proposta pelos senadores tinha mais 12 representantes, incluindo Igreja, universidades, intelectuais, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outros. Sustentou, ainda, que este é o conselho mais importante instalado nas últimas décadas.

— No projeto que saiu do Senado também estavam os representantes de quem faz esses meios de comunicação.

Mas o atual Conselho de Comunicação Social é corporativo. É um conselho capenga — argumentou.

Ele lamentou que a Câmara dos Deputados tenha “engavetado” o projeto original e amplo de conse-



Pedro Simon lamentou que a Câmara não tenha votado projeto aprovado no Senado

lho aprovado pelos senadores.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, concordou com as observações de Simon, mas esclareceu que a instalação do conselho foi fruto de um acordo político. Disse que a

oposição só concordou com a votação da emenda que permite a entrada de capital estrangeiro nos meios de comunicação ao receber a garantia de que o conselho seria instalado. “Demos o primeiro passo, que o Congresso não dava há 14 anos”, acrescentou. Tebet disse ainda que o primeiro mandato dos integrantes do conselho irá apenas até março e, nesse período, o Congresso poderá repensar o assunto.

Já o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação, disse que “este foi o passo possível”, e que os primeiros conselheiros poderão propor ao Congresso que altere a legislação.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), concordou com as críticas de Simon e lem-

brou que os constituintes de 1988 imaginaram um conselho “bem diferente”, inclusive com poderes para decidir sobre a concessão e renovação de emissoras de rádio e TV. Távola, então deputado, foi relator na Constituinte do capítulo que trata de comunicação social.

O senador José Fogaça (PPS-RS), relator do projeto original do Senado, opinou ser “praticamente impossível” implantar e fazer funcionar o conselho como está na lei, por causa do corporativismo. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, que exigiu a instalação do conselho, disse que “era preciso fazer funcionar” o colegiado e que o Congresso poderá modificá-lo se entender que não atende às expectativas da sociedade.

Ex-distribuidores vão à Justiça contra Ford, anuncia Lindberg

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) informou ao Plenário que a Associação Brasileira dos Ex-Distribuidores Ford (Abedif) ingressou na Justiça de São Bernardo do Campo (SP), na semana passada, com pedido de indenização à multinacional por abuso de poder econômico e concorrência desleal. “Esta ação representa uma vitória da união dos pequenos contra os abusos e a ganância da Ford”, afirmou.

Na ação, conforme o senador, os ex-distribuidores apresentam “provas contundentes” de desmandos praticados pela montadora. Mostram que a Ford causou inúmeros prejuízos a suas concessionárias ao se unir à Volkswagen, de 1987 a 1994, quando foi criada a *holding* Autolatina. Nesse período, a Ford “perdeu sua identidade” e sua participação no mercado encolheu de 20,9% para 8,6%, acrescentou Lindberg.

Como resultado, a rede de distribuidores da montadora foi reduzida drasticamente, fazendo com que 350 das 427 revendas da marca existentes no país fossem descredenciadas “mediante um processo de



Lindberg Cury vê ação como “uma vitória da união dos pequenos”

pressão sem precedentes”. O senador afirmou que a Ford argumentava que copiava o processo da matriz dos EUA. “Só que com uma diferença: lá, a Ford pagou indenizações aos distribuidores, e aqui nada foi pago”, salientou.

Ao explicar o processo, Lindberg disse que entrevistas com diretores da Ford publicadas na imprensa, no final dos anos 80, mostram que a pretensão da companhia era fechar sua subsidiária no Brasil. Por isso ela se uniu à Volkswagen para formar a Autolatina. Depois, mudou sua estratégia, com o objetivo de ultrapassar a concorrente General Motors no âmbito mundial. No entanto, continuou, já era tarde: os veículos estavam defasados em relação à concorrência e o resultado foi a perda do mercado.

Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) disse que problemas parecidos “estão por toda parte” e citou o da empresa Lafarge, que, afirmou, comprou uma indústria de gesso, rompeu contrato com a rede distribuidora “e não deu satisfação aos acionistas”.



Segundo Jucá, o presidente do BNDES forneceu dados contundentes sobre a importância da operação

Jucá: confirmada lisura da operação com Globo Cabo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, demonstrou cabalmente a lisura da operação realizada entre o banco e a Globo Cabo, durante sua participação em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

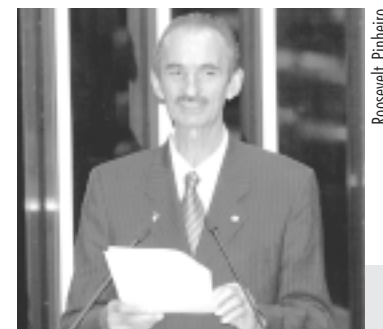
A imprensa, disse Jucá, publicou reportagens “com conotações pejorativas” sobre o empréstimo. Dúvidas sobre as condições da operação provocaram o convite da CAE a Eleazar de Carvalho.

— O presidente do BNDES deixou dados contundentes sobre a importância daquela operação, inclusive para o setor de telecomunicações, além de demonstrar que o banco tem apoiado freqüentemente as empresas brasileiras — garantiu Jucá.

Sartori registra importância da pecuária para superávit

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) lembrou na quarta-feira, em Plenário, a importância da pecuária, que apontou como uma das principais responsáveis pelo superávit do setor primário na balança comercial do Brasil. O parlamentar informou que entre os cinco produtos de maior valor bruto de produção em 2000, três são de origem animal — carne bovina, leite e frango. Ele anunciou a apresentação de um projeto de lei que institui o dia 15 de julho como Dia Nacional do Pecuário.

Chico Sartori citou recente pesquisa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), realizada em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea-USP), que aponta a pecuária como responsável por 47,1% do Produto Interno Bruto (PIB) rural do Brasil. No período de 1994 a 2000, enquanto o PIB da agricultura caiu 7,9% em termos reais, passando de R\$ 49,43 bilhões para R\$ 45,48 bilhões, o PIB da pecuária cresceu 16,6%, passando de R\$ 34,73 bilhões para R\$ 40,51 bilhões. O senador disse ainda que a carne bovina é a principal fonte de proteína animal do povo brasileiro — o consumo anual é de 33,5 kg por habitante.



Chico Sartori pretende transformar 15 de julho no Dia Nacional do Pecuário

Chico Sartori afirmou que aproximadamente 30% da carne dos rebanhos de Rondônia são consumidos dentro do próprio estado e em Manaus (AM), enquanto 70% são exportados para a Região Sudeste, onde se concentram os grandes grupos de frigoríficos e supermercadistas que vendem a carne com o selo do Nelore natural adquirida no estado, considerada de ótima qualidade.

— Não poderia deixar de lembrar a importância da pecuária nacional e dos pecuaristas, que desbravaram os nossos sertões nos primórdios da colonização e hoje, mais do que nunca, são os responsáveis pela manutenção do aperfeiçoamento tecnológico de uma atividade de grande relevância social, econômica e cultural — disse.